

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.459 - SC (2019/0119207-4)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : UNIÃO  
RECORRIDO : ANGELA TERESA BORK ROESLER  
ADVOGADO : DULCINÉIA ISRAEL COSTA - SC018415

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO ORDINÁRIA COLETIVA PROPOSTA POR ASSOCIAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA FILIAÇÃO DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO PARA SE BENEFICIAR DOS EFEITOS DO TÍTULO EXECUTIVO. ACÓRDÃO PARADIGMA: RE 612.043/PR, REL. MIN. MARCO AURÉLIO, DJE 6.10.2017, COM REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 499). RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PROVIDO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4a. Região que entendeu pela legitimidade da parte exequente, ao fundamento de que no caso dos autos, tendo o acórdão executado expressamente consignado ser devido o pagamento de função comissionada a todos os associados da AESC, não há que se falar em ilegitimidade ativa da parte exequente.

2. Em seu Apelo Especial, a recorrente sustenta que o acórdão recorrido violou os arts. 2o.-A da Lei 9.494/1997, 1.030 II, 1.040, II e 827 III do CPC/2015, ao argumento de que o art. 2o.-A da Lei 9.494/1997 impede a extensão dos efeitos da condenação para além dos associados constantes de relação apresentada em momento oportuno; ademais, o próprio sindicato delimitou o pedido aos associados e não toda a categoria, assim a extensão viola a coisa julgada.

3. É o relatório.

4. De início, cumpre ressaltar que, nos termos do que

decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

5. No mais, o que tem de se examinar nessa discussão é matéria atinente à necessidade de o Servidor Público ser filiado, à época da propositura da Ação de Conhecimento pela Associação representante, para que possa se beneficiar da coisa julgada coletiva obtida nessa ação.

6. Deve-se ressaltar que é inegável o reconhecimento da extensão do direito perseguido a todos os Escrivães Eleitorais nos autos do processo de conhecimento, cuja decisão transitou em julgado, não sendo admissível o reexame da questão em sede de Execução de sentença, *sob pena de violação à coisa julgada*.

7. Entretanto, o Pretório Excelso, ao se pronunciar sobre o Tema 499, sob a sistemática da Repercussão Geral, no RE 612.043/PR, consignou a tese de que *beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados e constaram da lista apresentada com a peça inicial*. Confira-se o teor da ementa do aresto paradigma:

*EXECUÇÃO. AÇÃO COLETIVA. RITO ORDINÁRIO. ASSOCIAÇÃO. BENEFICIÁRIOS. Beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados e constaram da lista apresentada com a peça inicial (RE 612.043/PR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Dje 6.10.2017).*

8. Assim, nos termos do que preceitua o art. 1.041, § 1o. do CPC/2015, é de rigor a aplicação do referido julgado aos casos análogos, como o

feito *sub judice*.

9. De todo modo, não é demais lembrar o entendimento desta Corte Superior de ser inegável o reconhecimento da extensão do direito perseguido a todos os Escrivães Eleitorais nos autos do processo de conhecimento, cuja decisão transitou em julgado, não sendo admissível o reexame da questão em sede de execução de sentença, sob pena de violação da coisa julgada.

10. Todavia, o Pretório Excelso, como visto, consignou a tese de que beneficiários do título executivo, no caso de ação proposta por Associação, são aqueles que, residentes na área compreendida na jurisdição do órgão julgador, detinham, antes do ajuizamento, a condição de filiados.

11. Neste cenário, impõe-se reconhecer que a parte autora só terá legitimidade para executar o título executivo formado na Ação Coletiva, se comprovado que a Associação tinha autorização expressa, ainda que assemblear, para atuar em nome de seus associados e que o autor comprove o *status* de filiado antecedente ao ajuizamento da Ação Coletiva.

12. Contudo, como tal iniciativa, é inviável nesta Corte, por envolver revolvimento de matéria fática, tal iniciativa, ficará, assim, a cargo do juízo de origem, verificar as condições aqui estabelecidas, readequando a verba honorária no caso do reconhecimento da ilegitimidade da parte.

13. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial da União, nos termos da fundamentação aqui exposta.

14. Publique-se. Intimações necessárias.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR